



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Em 23 / 04 / 90

Pizzolo

Presidente da Câmara, *em exercício*

PROJETO DE LEI Nº 28/90

"Revoga a Lei Municipal Nº 1962/89 - que "Autoriza o Executivo Municipal a contratar, por prazo determinado, servidores para o desempenho de cargos e funções nos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Ubá, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho."

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1962/89, de 17 de maio de 1989, que "autoriza o Executivo Municipal a contratar, pro prazo determinado, servidores para o desempenho de cargos e funções nos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Ubá, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho".

Parágrafo Único - Aos servidores contratados em conformidade com a Lei mencionada neste artigo, fica assegurada, até à data de entrada em vigor da presente Lei, o tempo de prestação de serviços pré-estabelecido em seu contrato de trabalho, sem nenhum prejuízo de seus direitos.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Vereador Lincoln Rodrigues Costa", da Câmara Municipal de Ubá, aos 23 de abril de 1990.

Miguel Poggiali Gasparoni
Vereador Miguel Poggiali Gasparoni

*Cópia aos
Senhores Vereadores
Geraldo Colares do - Juc
Jornalista Camargo Pato
Ubá, 23.04.90
Vereador Elipio Pizzolo
Vice-Presidente da Câmara, em exercício*



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal (Artigo 37, inciso IX), reza que os servidores públicos devem ser contratados por concurso público e os casos previstos para contratações temporárias.

O espírito da Lei Municipal 1962/89, que esta Legislatu ra aprovou, era no sentido de se contratar servidores para resolver, momentaneamente, a situação da Prefeitura, sem direito a renovação deste contrato com a mesma pessoa e nem utilizar-se desta Lei para novas contratações; ademais não se está comunicando aos contratados que é por ' tempo determinado o seu contrato, ou pelo menos não se estava comuni - cando a todos, o que tem lhes causado uma grande decepção e até mesmo revolta. Afinal, somos pela realização de concursos públicos para ' preenchimento de vagas existentes ou por serem abertas.

Em parecer datado de 28.03.90, de nº 308/90, o IBAM manifesta-se que "A rigor a Lei peca pela sua insubmissão a uma lei geral que predetermine os casos em que a contratação temporária é admissível. Esta lei geral viria regulamentar o que dispõe o inciso IX do ' artigo 37, da C.F. A inexistência dessa lei inviabiliza, a nosso ver, a edição de outras normas legais relativas à autorização de contrata - ções específicas.

"No entanto, **continua o IBAM**, consideramos que o "preço' jurídico" da anulação da Lei 1962/89 (com a devolução das importân - cias pagas e outros efeitos) é muito maior que a aceitação da norma.

Neste passo, entendemos recomendável que a Lei seja mantida em todos os seus efeitos, mas que não mais sirva de base para a prorrogação dos contratos. Além disto, é imperioso que se edite lei ' geral para determinação das hipóteses em que a contratação por prazo ' certo será possível."

Face a este posicionamento do IBAM, julgo, por coerência e com a costumeira acuidade dessa Casa de Leis, que devemos revogar o presente instrumento.

Sala das Sessões "**Vereador Lincoln Rodrigues Costa**", da Câmara Municipal de Ubá, aos 23 de abril de 1990.


Vereador Miguel Poggiali Gasparoni